

RECURSO INOMINADO - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE

PROCESSO Nº: _____

RECORRENTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CEP: _____ TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECORRIDO: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CEP: _____ TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

I – BREVE RELATO DOS FATOS

O Recorrente ajuizou ação perante esse Juizado Especial visando a tutela jurisdicional para _____, conforme consta nos autos.

O juízo de primeira instância proferiu sentença que julgou _____, com fundamento em _____.

II – DOS FUNDAMENTOS DO RECURSO

Discorda o Recorrente da r. sentença por entender que houve equívoco na análise dos fatos e do direito aplicável, conforme passa a expor:

1. Da preliminar (se houver):

2. Do mérito:

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) O conhecimento e provimento do presente Recurso Inominado, para que seja reformada a sentença recorrida, julgando-se procedente o pedido inicial;
- b) A condenação do Recorrido ao pagamento das custas processuais e demais cominações legais;
- c) A intimação do Recorrido para apresentar contrarrazões, caso queira.

IV – DAS PROVAS

Protesta o Recorrente pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente:

- Documental;
- Testemunhal;
- Pericial (se for o caso);
- Oitiva das partes.

V – DO VALOR DA CAUSA

Fixa-se o valor da causa em R\$ _____ (_____), para efeitos legais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, _____

Local e Data

Recorrente / Advogado(a)

OAB/UF Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelo-juris.com/recurso-inominado-juizado-especial/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.